



Quarta-Feira, 21 de Maio de 2025

Wilson contesta decisão que o tirou da Comissão de Ética e diz que vídeos comprovam “comparação infeliz” de Cattani

vaca e mulheres

O deputado estadual Wilson Santos (PSD), foi retirado da Comissão de Ética que analisa a possível quebra de decoro do deputado Gilberto Cattani (PL), após o parlamentar comparar a gravidez de mulheres com gestação de vacas. A decisão foi tomada pelos membros da Comissão nesta quarta-feira (21), e teve parecer da Procuradoria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

A decisão foi tomada por três votos a dois. Ficou definido que Wilson permanece como membro titular da Comissão, mas não votará no caso. Em nota, Wilson Santos classificou como um “erro” a decisão de retirá-lo do grupo e que “não pode ser visto como suspeito e destacou que está mais do que provado nos dois vídeos publicados pelo próprio Cattani sua infeliz comparação”.

O pedido pela exclusão de Wilson foi protocolado pelo próprio Cattani na Comissão de Ética. No pedido, o parlamentar alegou que Wilson Santos, que é apresentador de TV, divulgou nos meios de comunicação um vídeo que culminou em discussão e tumulto na sessão plenária do dia 31 de maio.

“Então, o deputado Wilson fica suspeito e o deputado Cattani está agora devidamente representado na comissão”, disse a presidente da Comissão de Ética, deputada Janaina Riva (MDB), ao determinar a retirada.

Agora será aberto o prazo para o corregedor ouvir a acusação, que será formada pela Defensoria Pública e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – o que deve acontecer nos próximos dias, conforme o corregedor decidir marcar essas audiências. A previsão é de que até o final do mês sejam feitas as reuniões para acusação.

A comissão

A Comissão de Ética foi criada no dia 12 deste mês, mesmo dia em que Cattani também foi afastado da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Casa. Ela tem como presidente a deputada estadual Janaina Riva (MDB) e os membros: Max Russi (PSB), Júlio Campos (União) e Elizeu Nascimento (PL).

A determinação do presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Eduardo Botelho (União), é de que a nova comissão deve apreciar a denúncia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) ao procurador-geral de Justiça do estado, contra Gilberto Cattani.

Para isso ficou estabelecido em um prazo de 30 dias para a apresentação de uma manifestação conclusiva sobre o caso.